

Atm/SF-10988-BR

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

MEMORANDO

REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Classificação de Arquivo: TC-PUS-BR-T1108

CBR-2170/2008

DATA: 28 de Maio de 2008

A: **José Luis Lupo**
Representante CSC/CBR

DE: **Patricio Camilo Naveas**
Especialista Setorial WSA/CBR

ASSUNTO: **BR-T1108. CT/INTRA Brasil, Argentina, Chile e Colômbia. Apoio à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.**

I. Relação com os objetivos da Estratégia do Banco no país

A presente operação se enquadra plenamente em uma das quatro áreas prioritárias onde o Banco concentra a sua cooperação com o Brasil, de acordo com o estabelecido no documento da Estratégia vigente (GN-2327-1), de novembro de 2004, a qual é a modernização do Estado e o fortalecimento das instituições, com ênfase nas áreas sub-nacionais de governo.

A operação proposta também está alinhada com o quarto componente da Iniciativa do Banco de Água e Saneamento (CP-3339), de fevereiro de 2007, relativo às Empresas Eficientes e Transparentes, cujo objetivo é melhorar o desempenho das empresas do setor e promover a transparência na sua gestão para gerar confiança nos usuários, doadores e agentes financeiros, através de ações de desenvolvimento ou melhoria das instituições e marcos reguladores.

II. Concordância com as políticas e estratégias de desenvolvimento do país

A lei Nº 11.445, de janeiro de 2007, estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico no Brasil. O Capítulo V da lei se refere à função da regulação dos serviços de água e saneamento e indica que o exercício desta função atenderá aos seguintes princípios: (1) independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora; e (2) transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões. A lei também indica que são objetivos da regulação: (i) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários; (ii) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; (iii) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência; (iv) definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Por outro lado, o Estado de São Paulo, mediante a lei complementar Nº 1.025 de dezembro de 2007, criou a Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP, como autarquia com independência decisória, para regular a prestação desses serviços públicos no Estado, sendo esta nova entidade o objeto da presente cooperação técnica proposta.

Além disso, dentro da filosofia de transparência e facilidade na oferta de serviços públicos, o Brasil tem buscado implementar uma plataforma interoperável de serviços públicos que possibilite uma melhoria na oferta de serviços à população com redução de custos.

III. Cumprimento das Normas e Condições do Banco

A presente cooperação técnica intra-regional se enquadra perfeitamente nos objetivos do programa CT/INTRA, já que tem por propósito o intercâmbio de experiências e a criação de vínculos entre agências reguladoras do setor saneamento dos países da Região. A participação de três países doadores na modalidade de assessoria do Programa, se justifica pelo motivo de poder contar com as experiências dos diversos modelos de regulação com maior tempo em funcionamento na região, para enriquecer o diálogo e ampliar o leque de possibilidades de ação da ARSESP.

IV. Antecedentes

A beneficiária da cooperação é a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, criada pela Lei Complementar nº 1025 de 07/12/2007. De acordo com a referida lei, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, criada pela Lei Complementar nº 833, de 17/10/1997, foi transformada na ARSESP como autarquia de regime especial, com personalidade de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Saneamento e Energia, com sede e foro na cidade de São Paulo. O regime jurídico da ARSESP caracteriza-se por independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, mandato fixo e estabilidade de seus diretores e demais condições que tornem efetiva sua autonomia no âmbito da Administração Pública.

De acordo com a lei, a ARSESP, no desempenho de suas atividades, obedecerá aos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, celeridade, impessoalidade, igualdade, devido processo legal, descentralização, publicidade, moralidade, boa-fé e eficiência, observando-se os seguintes critérios e diretrizes: (i) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes e autoridades; (ii) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei; (iii) adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (iv) mínima intervenção na atividade privada, admitida apenas às proibições, restrições e interferências imprescindíveis ao alcance dos objetivos da regulação específica; (v) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinem as suas decisões; (vi) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados; (vii) coibição da ocorrência de discriminação no uso e acesso à energia; (viii) proteção ao consumidor no que respeita a preços, continuidade e qualidade do fornecimento de energia; (ix) aplicação de metodologias que proporcionem a modicidade das tarifas; e (x) assecuramento à sociedade de amplo acesso a informações sobre a prestação dos serviços públicos de energia e as atividades desta Agência, assim como a publicidade das informações quanto à situação do serviço e aos critérios de determinação das tarifas.

A ARSESP foi criada como uma evolução natural da CSPE que regulava os setores de energia e gás de forma setorial. Entretanto a lei de criação da ARSESP e seu decreto regulamentador definem um esquema regulatório misto com um enfoque setorial para a regulação dos aspectos técnicos e de qualidade da prestação do serviço e um enfoque integrado para a regulação econômica e financeira.

Atualmente os setores de energia e gás da ARSESP empregam para a regulação econômica financeira o método price-cap utilizando o fator X para reduzir os reajustes tarifários devido aos ganhos de eficiência do operador. Em outras palavras estes ganhos não são apropriados totalmente pelos acionistas dos prestadores, sendo em parte transferido aos consumidores por meio de uma redução tarifária.

O processo regulatório do setor de saneamento que é necessário estabelecer logo da criação da nova Agência, deverá seguir a mesma sistemática dos demais setores regulados pela ARSESP e deve também contemplar, entre outros, os seguintes aspectos: (1) objetivos, deveres e atribuições das entidades do setor; (2) regime tarifário; (3) resolução de conflitos sobre o reajuste tarifário; (4) esquema de subsídios; (5) regime de ativos e valorização; (6) incentivo à eficiência e concorrência;

(7) fiscalização do serviço e das tarifas; (8) contratos de concessão; (9) relação da Agência com o poder concedente; e (10) arbitragem sobre decisões relacionadas aos contratos de concessão.

Difícilmente em curto prazo se poderão desenvolver todos estes aspectos. Assim sendo, a ARSESP priorizou para este ano o processo de reajuste tarifário da Companhia de Água e Esgoto do Estado – SABESP, que tem que ser tramitado neste exercício. Tendo em vista que a fórmula do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) atualmente empregada pela SABESP não contém incentivos para a melhoria de sua eficiência, a ARSESP tomou a decisão de introduzir este mecanismo neste processo de reajuste tarifário.

O Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Energia, mediante carta de 05 de maio de 2008, anexa, solicitou a colaboração do Banco para apoiar à ARSESP nesta matéria, mediante uma cooperação técnica intra-regional.

A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão outorgou sua não-objeção a este pedido de colaboração, mediante fax Nº 23, de 26 de maio de 2008, também anexo.

As três entidades doadoras manifestaram a sua conformidade com a cooperação, de acordo com as comunicações anexas ao presente Memorando.

A Representação do Banco no Brasil está de acordo com a execução desta operação.

V. Participantes

Os participantes na CT/Intra serão funcionários da Comissão Reguladora de Água da Colômbia (CRA), da Superintendência de Serviços Sanitários do Chile (SISS) e do Entre Tripartite de Obras e Serviços Sanitários da Argentina (ETOSS).

Estes funcionários se reunirão com pessoal da ARSESP no mês de julho de 2008 em São Paulo, para discutir sobre o desenvolvimento dos fatores de eficiência a serem utilizados no processo de ajuste tarifário da companhia estadual de água e saneamento, visando a combinação da metodologia das envoltórias (DEA-*data envelopment analysis*) com uma cesta de indicadores de *benchmarks*. Como tema subsidiário serão discutidos nessas reuniões de trabalho os principais elementos da contabilidade regulatória. O formato das reuniões será de sessões por temas e sua duração deverá ser de aproximadamente 2 (dois) dias, de acordo com a Agenda anexa.

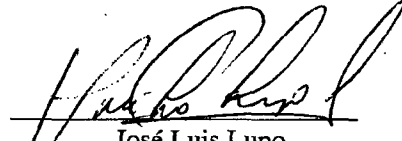
VI. Custo para o Banco

O Banco contribuirá com o equivalente de até US\$ 9.000 para financiar os custos da operação de acordo com o seguinte orçamento:

Descrição	Custos
5.1 Viagens em missão oficial	
5.1.1 Internacionais	
5.1.1.1 Boletos de passagens	US\$ 4,102
- BAires/São Paulo/BAires: US\$ 650	
- Santiago/SãoPaulo/Santiago: US\$ 1,520	
- Bogotá/São Paulo/Bogotá: US\$ 1,932	
5.1.1.3 Diárias	US\$ 4,080
(3 pessoas x 4 dias x US\$ 340)	
98. Imprevistos	US\$ 818
TOTAL	US\$ 9,000

VII. Aprovação

No uso da autoridade que foi delegada em conformidade com o estabelecido no literal c) da Resolução DE-23/87, de 12 de fevereiro de 1987, o Representante do Banco no Brasil autoriza a utilização de recursos, no equivalente de até US\$ 9.000 (nove mil dólares dos Estados Unidos de Norte-América), para o financiamento da Cooperação Técnica Intra-Regional descrita no presente Memorando – Plano de Operações.



José Luis Lupo
Representante do BID no Brasil

Anexos: - Carta de 05/05/2008, da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, com o pedido da cooperação
- Fax no. 23, com a conformidade do órgão de enlace com o Banco no Brasil
- E-mail com a conformidade do doador da Argentina
- E-mail com a conformidade do doador do Chile
- E-mail com a conformidade do doador da Colômbia
- Programa de Trabalho
- Registro da CT/INTRA no OPUS

c.c.: - Carlos Hurtado, Gerente VPC/CSC
- Federico Basañes, Chefe INE/WSA
- Daniel Oliveira, Representante CSC/CAR
- Jaime Sujoy, Representante CSC/CCH
- Rodrigo Parot, Representante CAN/CCO
- Marguerite Berger, VPC/GCM